

## Documentos de Identidade

**Oswaldo Mariotto Cerezer**

Professor Departamento de História – UNEMAT

Correio eletrônico: [omcerezer@hotmail.com](mailto:omcerezer@hotmail.com)

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2002. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica.

A obra intitulada *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, de Tomaz Tadeu da Silva, (2002) faz uma importante análise sobre as teorias do currículo, desde sua origem até as teorias pós-críticas, e a contribuição destas nos estudos sobre o currículo e suas implicações na formação da subjetividade e identidade dos sujeitos. As teorias do currículo procuram justificar a escolha de determinados conhecimentos e saberes em detrimento de outros, considerados menos importantes.

Para a teoria tradicional, o currículo deveria conceber uma escola que funcionasse de forma semelhante a qualquer empresa comercial ou industrial. Sua ênfase estava voltada para a eficiência, produtividade, organização e desenvolvimento. O currículo deve ser essencialmente técnico e a educação vista como um processo de moldagem. Na década de 1960 surgem as teorias críticas que questionam o *status quo* visto como responsável pelas injustiças sociais e procura construir uma

análise que permita conhecer não como se faz o currículo, mas compreender o que o currículo faz. Seguindo Althusser, a escola é compreendida como aparelho ideológico do Estado, que produz e dissemina a ideologia dominante através, principalmente, dos conteúdos. Bowles e Gintis dão ênfase à aprendizagem por meio da vivência e das relações sociais na escola que irão repercutir na formação de atitudes necessárias no mercado de trabalho capitalista. Bourdieu e Passeron desenvolvem o conceito de “reprodução” e “capital cultural”, onde a cultura dominante incorpora, introjeta e internaliza determinados valores dominantes através do currículo escolar.

Na década de 1970, o movimento de reconceptualização critica o currículo por considerá-lo tecnocrático. Este se limitou às questões fenomenológicas, hermenêuticas e autobiográficas de crítica aos currículos tradicionais. Na concepção fenomenológica o currículo é concebido como um lugar de experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência. A hermenêutica contesta a existência de um significado único e determinado e defende a idéia de interpretação múltipla dos textos não só escritos, mas qualquer conjunto de significado. Na autobiografia, o currículo é entendido de forma ampla, como experiência vivida. Aqui se entrelaçam o conhecimento escolar, as histórias de vida e o desenvolvimento intelectual e profissional, permitindo a transformação do próprio eu.

Para Michael Apple, o currículo representa, de forma hegemônica, as estruturas econômicas e sociais mais amplas. Assim, o currículo não é neutro, desinteressado. O conhecimento por ele corporificado é um conhecimento particular. Importa saber qual conhecimento é considerado verdadeiro. A reprodução social não se dá de forma tranqüila, há sempre um processo de contestação, conflito, resistência.

Henry Giroux concebe o currículo como política cultural, sustentando que o mesmo não transmite apenas fatos e conhecimentos objetivos, mas também constrói significados e valores sociais e culturais. Vê o currículo por meio dos conceitos de emancipação e libertação.

Paulo Freire critica o currículo existente através do conceito de “educação bancária”. Nesse contexto, o currículo tradicional está afastado da situação existencial das pessoas que fazem parte do processo de conhecer. O currículo deve conceber a experiência dos educandos como a fonte primária para temas significativos ou geradores. Sua teoria é contestada na década de 1980 por Dermeval Saviani na pedagogia histórico-crítica ou pedagogia crítico-social dos conteúdos. A educação só será política quando esta permitir às classes dominadas se apropriarem dos conhecimentos transmitidos como instrumento cultural que permitirá uma luta política mais ampla. A crítica de Saviani à pedagogia libertadora de Paulo Freire está na ênfase dada por esta aos métodos e não à aquisição do conhecimento.

Ao analisar as influências da “nova sociologia da educação” sobre os estudos curriculares, Tomaz Tadeu da Silva salienta que a preocupação da mesma estava voltada para as questões de relação entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição do poder. O currículo é visto como uma “construção social”. Basil Bernstein analisa o currículo a partir de duas distinções fundamentais: o currículo tipo coleção e o currículo integrado. Para o primeiro, as áreas e os campos do conhecimento são organizados de forma isolada. No segundo, há uma diminuição das distinções entre as áreas do conhecimento. A

classificação determina o que é legítimo ou ilegítimo incluir no currículo. A classificação para Bernstein é uma questão de poder.

O autor, ao abordar o currículo oculto, analisa-o como sendo aquele que, embora não faça parte do currículo escolar, encontra-se presente nas escolas através de aspectos pertencentes ao ambiente escolar e que influenciam na aprendizagem dos alunos. Na visão crítica, o currículo oculto forma atitudes, comportamentos, valores, orientações etc., que permitem o ajustamento dos sujeitos às estruturas da sociedade capitalista. Na perspectiva das abordagens sobre diferença e identidade, o currículo multiculturalista se apresenta como uma possibilidade de abordagem e inclusão dos grupos raciais e étnicos, pois representa um importante instrumento de luta política. A análise crítica divide o currículo multiculturalista entre as concepções pós-estruturalista e materialista. Para a primeira, a diferença é um processo lingüístico e discursivo. Para o materialismo de inspiração marxista, os processos institucionais, econômicos e estruturais, fortalecem a discriminação e desigualdades baseadas na diferença cultural. Importa compreender como as diferenças são produzidas através das relações de desigualdade. Para obter a igualdade, é necessário uma modificação substancial do currículo existente.

As perspectivas críticas sobre relações de gênero e pedagogia feminista passaram a ser questionadas por não levarem em consideração a questão de gênero e da raça no processo de produção e reprodução das desigualdades. Nesse contexto, o currículo refletia e reproduzia uma sociedade masculina. A pedagogia feminista passa a desenvolver formas de educação que levassem em consideração os valores feministas, para contrapor-se à pedagogia tradicional de

valorização do masculino. O currículo é visto como um artefato de gênero, pois corporifica e ao mesmo tempo produz relações de gênero.

Em relação ao currículo como narrativa étnica e racial, a questão central consistia em compreender e analisar os fatores que levavam ao fracasso escolar as crianças e jovens pertencentes a grupos étnicos e raciais minoritários. Na perspectiva crítica, o currículo lidaria com a questão da diferença como uma questão histórica e política, pois não importa apenas celebrar a diferença e a diversidade, mas questioná-la. Para a teoria *queer*, a identidade sexual, assim como a de gênero, é uma construção social. Para ela, a identidade é sempre uma relação dependente da identidade do outro. Não existe identidade sem significação, assim como não existe identidade sem poder. A teoria *queer* pretende questionar os processos discursivos e institucionais, as estruturas de significação sobre o que é correto ou incorreto, o que é moral ou imoral, o que é normal ou anormal.

O movimento pós-moderno toma como referência social a transição entre a modernidade iniciada com o Renascimento e Iluminismo e a pós-modernidade iniciada na metade do século XX. Questiona as pretensões totalizantes de saber do pensamento moderno. Nesse contexto, o pensamento moderno prioriza as grandes narrativas, vistas como vontade de domínio e controle dos modernos. Nesta perspectiva, a pós-modernidade questiona as noções de razão e racionalidade. Duvida do progresso, nem sempre visto como algo desejável e benigno. Critica o sujeito racional, livre, autônomo, centrado e soberano da modernidade. Para o pós-modernismo, o sujeito não é o centro da ação social. Ele não pensa, fala e produz: ele é pensado, falado e produzido.

Fundamentado em Foucault, Derrida entre outros, o pós-estruturalismo coloca sua ênfase na indeterminação e na incerteza sobre o conhecimento. Destaca o processo pelo qual algo é considerado verdade, ou seja, como algo se tornou verdade. Seguindo Derrida, o pós-estruturalismo questionaria as concepções de masculino/feminino; heterossexual/homossexual; branco/negro; científico/não científico dos conhecimentos que constituem o currículo. Já a teoria pós-colonial dá ênfase ao hibridismo, mestiçagem, entendendo a cultura nos espaços coloniais e pós-coloniais como uma complexa relação de poder onde ambas, dominadora e dominada são modificadas. Com as teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais ver o currículo como algo inocente, desinteressado.

*Recebido em dezembro/2006.*

*Aprovado em fevereiro/2007.*